

ATA N.º 67: Grupo de Foco sobre a Renovação da Frota

20 de setembro de 2023

 Videokonferência por Zoom

1. Introdução. Natureza da reunião

O Grupo de Foco sobre a Renovação da Frota do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) reuniu-se em sessão fechada, por videoconferência, através da plataforma Zoom, com interpretação simultânea em português, espanhol e francês, às doze horas e trinta minutos (hora local), do dia (20) vinte de setembro de (2023) dois mil e vinte e três.

2. Sessão de boas-vindas do Presidente do Grupo de Trabalho

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias* e presidente do Comité Executivo) cumprimentou todos os presentes e deu início à reunião.

3. Informações administrativas e Adoção da agenda

A Secretária-Geral do CCRUP informou que a ata da última reunião do (23) dia vinte e três de agosto de (2023) dois mil e vinte e três, ainda não tinha sido redigida, pois ainda era necessário redigir as atas das reuniões, na Ilha da Reunião. A reunião estava a ser gravada para efeitos de redação de ata.

O Sr. David Pavón questionou se os membros aprovavam a agenda. Não havendo votos contra, nem abstenções, a agenda foi aprovada.

4. Considerações finais sobre a renovação das frotas das RUPs;

A Secretária Geral do CCRUP informou que ainda não havia resposta da Comissão Europeia (CE) à [recomendação nº 37 sobre a «Renovação das Frotas nas Regiões Ultraperiféricas»](#) e leu parte do discurso da Sra. Charlina Vitcheva (Diretora Geral dos Assuntos Marítimos e Pescas da Comissão Europeia), na Assembleia Geral do CCRUP, do dia 5 de setembro de 2023, relativamente à renovação da frota: «*Referiu esperar que as Regiões Ultraperiféricas*

conseguissem sentir tudo o que a Comissão Europeia (CE) tem feito em seu benefício. Acrescentou que a CE tem especial atenção em relação às RUP, de maneira a garantir justiça e igualdade para estas regiões. Afirmou que a Europa fomenta o desenvolvimento sustentável em todas as regiões costeiras. Referiu que, desde o seu discurso feito nos Açores (primeira Assembleia Geral do CCRUP), muita coisa foi feita e sublinhou um dos principais objetivos alcançados: - Comunicação adotada pela Comissão Europeia em 21 de fevereiro de 2023, que estabelece um Pacto para as Pescas e os Oceanos destinado a estabelecer uma nova fase no diálogo entre a Comissão Europeia e as partes interessadas do sector das pescas e da aquicultura (um dos primeiros fóruns onde a Sra. Charlina apresentou este pacto na reunião Inter-CCs em março. A Sra. Charlina mencionou que desde 2018, é possível alocar as ajudas de Estado para a renovação da frota nas RUP, só tem de ser demonstrado que esta renovação não irá prejudicar os objetivos relativos a uma frota sustentável. Expôs que a CE necessita urgentemente de dados e apelou a ajuda das organizações das RUP presentes na reunião, acrescentando que dispõem de ajuda financeira da Europa para a recolha de dados. Referiu que pretende transparência científica, com o intuito de ser possível demonstrar a necessidade de renovação da frota. A renovação da frota é possível, a demonstração de equilíbrio é mais difícil e por isso, a CE trabalha no sentido de ultrapassar as barreiras objetivas, no entanto existem barreiras subjetivas. Apelou novamente para se fazer uso do dinheiro dos fundos europeus (FEAMPA) na recolha de dados, em vez do dinheiro ser devolvido à CE. Afirmou que, mais tarde, iria visitar as instalações do IFREMER, em La Réunion. A Sra. Charlina referiu que, em março do presente ano, as guidelines sobre ajudas de Estado foram revistas e existem algumas novidades como: o âmbito das guidelines passa a ser muito maior, ou seja, podem ser feitos mais investimentos com as ajudas de Estado (os Estados-membros ainda devem estar a considerar, visto que a revisão ainda é recente), como por exemplo, em equipamentos que contribuam para a segurança dos pescadores, somente para as RUP. Para finalizar referiu que trabalhou muito no sentido de ajudar as RUP, pois existe de facto uma preocupação da parte da CE.»

O Sr. David Pavón informou que os critérios para a renovação da frota da CE não estavam adaptados à realidade das RUPs. Comentou que, nem todos os Estados Membros tinham disponibilidade financeira para apoiar a renovação da frota e precisavam recorrer a fundos europeus, contudo era importante solicitar aos Estados Membros que também alocassem fundos próprios para a renovação da frota das RUPs. Informou que, antes de 31 de maio, os Estados Membros tinham de elaborar um relatório sobre o estado da sua frota e comprovar que a mesma

estava em equilíbrio e, até 31 de março do próximo ano, a CE tinha que aprovar ou não esse relatório. No caso das RUPs francesas, um dos principais desafios relativamente à renovação da frota era a falta de dados e, conseqüentemente, a dificuldade em comprovar o estado de equilíbrio da sua frota. Referiu ainda que, as fórmulas biológicas na [comunicação da Comissão do Parlamento Europeu sobre as diretrizes para a análise do equilíbrio entre a capacidade de pesca e as possibilidades de pesca](#), não estavam adaptadas à realidade das frotas artesanais.

A Secretária-Geral do CCRUP solicitou ao Sr. David Pavón que enviasse a comunicação mencionada, para que fosse enviada aos membros.

O Sr. Ludovic Courtois (*Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture - ARIPA*) concordou com a intervenção do Sr. David Pavón e informou que era necessário recomendar à CE que as diretrizes para a análise do equilíbrio entre a capacidade e possibilidades de pesca das frotas fossem adaptadas à realidade das RUPs. Informou que o indicador económico das diretrizes sobre o cálculo da rentabilidade das embarcações, não estava de acordo com os planos de compensação dos sobrecustos do FEAMPA. O indicador técnico das mesmas diretrizes estava baseado numa taxa de saídas para o mar das embarcações de 220 dias por ano, contudo devido às condições climáticas das RUPs, as embarcações em média não realizavam mais do que 150 saídas para o mar.

O Sr. David Pavón concordou com a intervenção do Sr. Ludovic Courtois. Informou que, segundo o ponto 2.2, do Capítulo 2 «*Auxílios à renovação das frotas de pesca nas Regiões Ultraperiféricas*», do [Comunicado da Comissão Europeia com as orientações relativas aos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura](#), os Estados Membros com base em algumas condições, também podiam financiar a renovação da frota. Informou que enviaria o presente comunicado ao Secretariado do CCRUP, para posterior envio aos membros.

A Secretária-Geral do CCRUP questionou se os membros pretendiam enviar uma carta à CE a solicitar resposta à recomendação nº 37, se pretendiam aguardar mais algum tempo por essa resposta, ou elaborar outra recomendação sobre a renovação da frota.

O Sr. Ludovic Courtois sugeriu que o CCRUP informasse a CE - o mais breve possível - talvez através de carta ou email, sobre um aumento do montante dos apoios do [regulamento de «*minimis*»](#), superior a 40 mil euros, pois sem o devido aumento dos apoios, não seria possível renovar as frotas das RUPs. A CE estava a prever aumentar o montante para 40 mil euros, contudo, esse montante não seria suficiente.

O Sr. David Pavón informou que a intensidade máxima dos fundos *minimis* do regulamento da CE não podia exceder os 60% para as embarcações menores de 12 metros e 50% para as embarcações entre os 12 metros e os 24 metros. Questionou sobre a comunicação da CE relativamente ao aumento do montante do regulamento dos *minimis*, para 40 mil euros.

O Sr. Ludovic Courtois informou que ainda não havia um documento oficial sobre o aumento do montante do regulamento dos *minimis*, contudo, após conversa com a Sra. Charlina Vitcheva, foi informado que brevemente, seria publicado o comunicado com esse mesmo aumento.

O Sr. Jorge Gonçalves (Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores) concordou que se solicitasse o aumento do montante de *minimis*.

O Sr. David Pavón informou que os fundos *minimis* eram acumuláveis por três anos e serviam para apoiar os Estados Membros em situações como a pandemia COVID-19. Sugeriu que se solicitasse o aumento do apoio do regulamento de *minimis* e que se solicitasse a renovação da frota artesanal, através de uma recomendação, pois teria mais impacto junto da CE.

O Sr. Jorge Gonçalves, informou que a frota atuneira açoriana superior a 24 metros deveria ser incluída na renovação da frota, pois também operava com artes artesanais e também necessitava de apoios. Informou que nesta reunião não seria possível encontrar um conceito comum a todos, mas que deveria solicitar-se a renovação da frota de salto e vara.

O Sr. David Pavón leu o ponto (230), da [Comunicação da Comissão sobre as Orientações relativas aos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura](#): «A intensidade máxima do auxílio não pode exceder 60 % do montante total dos custos elegíveis para os navios com um comprimento de fora a fora inferior a 12 metros, nem 50 % do montante total dos custos elegíveis para os navios com um comprimento de fora a fora igual ou superior a 12 metros mas inferior a 24 metros, nem 25 % do montante total» e informou que as embarcações superiores a 24 metros também podiam receber apoios através dos auxílios estatais, contudo, a percentagem de alocação desses apoios, era menor. Propôs que a recomendação elaborada tivesse em conta 3 pontos: o aumento do valor máximo da subvenção do regulamento de *minimis*, adaptação das diretrizes para a análise do equilíbrio entre a capacidade de pesca e as possibilidades de pesca, à realidade das RUPs e a alocação de fundos nacionais para a renovação das frotas. Questionou se os membros concordavam com a proposta de recomendação.

Não houve abstenções nem votos contra.

A Secretária-Geral sugeriu que o primeiro rascunho de recomendação fosse enviado ao Sr. David Pavón, para que confirmasse se estava de acordo com o pretendido e que, posteriormente, fosse enviado aos membros.

O Sr. David Pavón concordou.

Resumo: O Secretariado redigirá um rascunho de recomendação sobre o aumento do valor máximo da subvenção do regulamento de *minimis*, a adaptação das diretrizes para a análise do equilíbrio entre a capacidade de pesca e as possibilidades de pesca, à realidade das RUPs, para enviar aos membros e solicitar contributos.

A Secretária-Geral, tendo em conta, as recomendações em curso, questionou se a recomendação sobre a «*Avaliação do Transbordo das Áreas Marinhas Protegidas para as Áreas de Pesca Adjacentes: (..) Regiões Ultraperiféricas*» poderia ser prioritária, uma vez que tinham apenas de compilar as respostas dos membros e, na próxima semana, o secretariado começava a elaborar a recomendação sobre os critérios para a renovação da frota.

O Sr. David Pavón concordou com a ordem de prioridades.

Não havendo mais intervenções ou pedidos de palavra, o Sr. David Pavón deu por encerrada a reunião.

Conclusões/Recomendações

Os pontos de agenda foram cumpridos. ND.